

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
NUMA GESTÃO DEMOCRÁTICA

ROSÂNIA MARIA FERREIRA SANTOS

Belo Horizonte
2009

ROSÂNIA MARIA FERREIRA SANTOS

A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
NUMA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Especialização em Gestão Escolar, promovido pela
Faculdade de Educação
Universidade Federal de Minas Gerais,
Departamento de Administração Escolar.
Professora Orientadora: Celeste D. de Souza Bitencourt

Belo Horizonte

Julho/2009

ROSÂNIA MARIA FERREIRA SANTOS

A Educação Para O Desenvolvimento Sustentável,
Numa Gestão Democrática.

Trabalho apresentado à disciplina Projeto
Vivencial do Curso de Especialização em
Gestão Escolar do Departamento de
Administração Escolar da Faculdade de
Educação da Universidade Federal de
Minas Gerais

Celeste Deográcias de Souza Bitencourt (Orientadora) - UFMG

- UFMG

- UFMG

Fernando Fidalgo (Coordenador) - UFMG

Belo Horizonte, 2009.

Dedico este trabalho a todos aqueles que me deram força para não desistir do curso. Em especial a Priscila que não mediu esforços em ajudar-me no campo da informática e a colega de curso Nilza que esteve sempre pronta a me ouvir e ajudar. A amiga e colega de trabalho Márcia que muito contribuiu para a realização deste trabalho. Enfim, agradeço a todos os envolvidos.

“A luta para ampliar o mundo da beleza, da não violência, da tranquilidade, é uma luta política. A insistência nestes valores, em restaurar a Terra como meio ambiente humano, não é apenas uma idéia romântica, estética, poética, que concerne unicamente os privilegiados : é hoje uma questão de sobrevivência.”

Herbert Marcuse

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	6
1. INTRODUÇÃO.....	7
2. O TEMA MEIO AMBIENTE E SUA INSERÇÃO NO CURRÍCULO ESCOLAR ...	9
3. A FORMAÇÃO NECESSÁRIA PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	13
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	15
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	17
ANEXO - PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	19

1. INTRODUÇÃO

Partimos do pressuposto que a instituição escolar tem como missão a valorização constante do sentido da vida em seus aspectos biológicos, sociais, emocionais, educativos e políticos. Esta deve orientar seus educandos a buscarem caminhos que os conduzam para uma vida mais feliz e que exercitem os valores básicos de convivência. Deve propiciar o desenvolvimento de potencialidades individuais e coletivas para uma formação permanente como pessoas dotadas de consciência crítica e reflexiva. Para tanto precisamos reorientar os programas educacionais no sentido de promover conhecimentos, competências, habilidades, princípios, valores e atitudes relacionadas com a sustentabilidade que tem como objetivo integrar princípios, valores e práticas de desenvolvimento sustentável em todos os aspectos da educação e do ensino. Esse esforço educacional deve encorajar os governos a reexaminar a política educacional, no sentido de reorientar a educação desde a educação infantil até a universidade.

O conceito de sustentabilidade é vasto e pode ser desdobrado em dois níveis complementares. O primeiro relativo à natureza e o segundo, relativo à sociedade. A educação para o desenvolvimento sustentável, apesar de sua ambigüidade, apresenta uma visão positiva do futuro da humanidade e esta concepção vai adquirindo um consenso entre uma grande parcela da sociedade. Ela implica na mudança do sistema educacional, no respeito à vida, no cuidado com toda a comunidade da vida. Isso significa compartilhar valores fundamentais, princípios éticos e conhecimentos. Contudo, não é suficiente mudar o comportamento das pessoas, precisamos de iniciativas políticas para uma mudança maior, que é necessariamente cultural e social. Para introduzir uma cultura da sustentabilidade nos sistemas educacionais, é preciso reeducar o sistema. Ele faz parte do problema, não é somente parte da solução.

Em consonância com esta necessidade de mudança, mas ciente das dificuldades em implementá-las Sancristan (1998) adverte

O currículo em seus conteúdos e nas formas pelas quais nos se apresenta e se apresenta aos professores e aos alunos, é uma opção historicamente configurada que se sedimentou dentro de determinada trama cultural, política, social e escolar, está carregado, portanto, de valores e pressupostos que é preciso decifrar o que pode ser feito tanto a partir de um nível de análise político-social, quanto a partir do ponto de vista de sua

instrumentação mais técnica, descobrindo os mecanismos que operam em seu desenvolvimento dentro dos campos escolares (SANCRISTAN, 1998, p.17).

Os PCNs, também nos indicam da importância de elaborar um currículo que aborde a questão ambiental, pois esta consiste num modo de ver o “mundo em que se evidenciam as inter-relações e a interdependência na constituição e manutenção da vida”. Essa perspectiva contribui ainda para “evidenciar a necessidade de um trabalho vinculado aos princípios da dignidade do ser humano, da participação, da co-responsabilidade, da solidariedade e da equidade”.

Frente ao exposto o presente trabalho tem como objetivo fazer uma abordagem crítica do currículo da Escola Municipal “Dona Lúcia Dias” apresentado em seu PPP ANEXO (2009) e implementado no dia a dia escolar. Pretende-se analisar a importância que este confere à educação para o desenvolvimento sustentável, no processo educacional das séries iniciais do Ensino Fundamental e identificar os benefícios que esta educação traz ao educando e ao processo educacional.

A referida escola oferta o ensino nas modalidades de educação infantil e ensino fundamental (1º ao 5º ano). Conforme indica em seu PPP ANEXO (2009) a escola cumpre sua função social ao proporcionar aos seus alunos oportunidades de aprendizagem que lhes capacitem para o enfrentamento das desigualdades sociais, pessoais e familiares. Assim esta investigação se justifica, pois acreditamos que as séries iniciais do Ensino Fundamental são a base na formação do educando e que bons exemplos dentro da escola são fundamentais para a formação de valores nas novas gerações e para o estímulo ao protagonismo de seus alunos. Estes devem ser estimulados não apenas a assimilar novos valores, mas também a multiplicar as ações e tornarem-se cidadãos mais conscientes do ponto de vista ambiental. Para isso é de fundamental importância a coerência entre estes princípios básicos da educação para a sustentabilidade e os princípios pedagógicos.

Para concretizar o objetivo proposto pautamo-nos em nossa experiência e observação da prática educativa cotidiana como gestora. Referenciamos-nos ainda, na literatura especializada e nos documentos legais que tratam da educação brasileira como, a LDB (1996), CF (1988), PCNs (1996), entre outros. A apresentação do trabalho pautar-se-á no padrão PUC MINAS de normalização.

2. O TEMA MEIO AMBIENTE E SUA INSERÇÃO NO CURRÍCULO ESCOLAR

No Brasil, a institucionalização de práticas de educação ambiental começou na década de 80 e ganhou um novo impulso após a Conferência Rio 92. Mas a consolidação da educação ambiental nos sistemas de ensino foi impulsionada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – que estabelecem a Educação Ambiental como tema transversal do currículo. Estes documentos ampliam hoje o seu alcance através da implementação do Programa Parâmetros em Ação, formulado com o intuito de fomentar a formação continuada de professores (Brasil, 2001).

A promulgação da lei que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental /PNEA foi mais um passo decisivo. A lei nº 9.795, de 27/04/1999, assinala que a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

A Agenda 21 também destaca, no seu capítulo 36, a importância da promoção da educação, do desenvolvimento da consciência política e do treinamento para a preservação ambiental. No mesmo sentido, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, de caráter não oficial, celebrado por diversas Organizações da Sociedade Civil por ocasião da Conferência do Rio, reconhece que para gerar sustentabilidade para todos os cidadãos do mundo, a educação ambiental precisa ser um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida.

A Educação Ambiental é um instrumento de formação de uma nova consciência através do conhecimento e da reflexão sobre a realidade ambiental. Busca o desenvolvimento de atitudes e condutas que favoreçam o exercício da cidadania, a preservação do ambiente e a promoção da saúde e do bem estar. As ações pessoal e coletiva, pública e privada como vimos combinam-se para produzir o ambiente em que vivemos. Assim é necessário atuarmos em diversas frentes e transformar as formas de produção e consumo. A ação isolada sobre apenas um desses fatores certamente não dará conta da dimensão em que o problema ambiental se apresenta no presente. Por outro lado, cada

uma das frentes de atuação mostra-se indispensável para a sustentabilidade da vida, no presente e no futuro.

Valorizando a idéia de que é possível construir um mundo no qual o ser humano aprenda a conviver com seu habitat numa relação harmônica e equilibrada, a atenção à questão ambiental precisa estar presente em todas as atividades realizadas. É necessário, portanto, promover propostas educativas que venham propiciar a reflexão, o debate e a transformação das pessoas e das instituições. Assim, é fundamental que a sociedade possa impor “regras ao crescimento, à exploração e à distribuição dos recursos de modo a garantir as condições de vida no planeta”. O Brasil juntamente com a grande maioria dos países do mundo, subscreve os documentos que se comprometem em “garantir o acesso de todos aos bens econômicos e culturais necessários ao seu desenvolvimento pessoal e a boa qualidade de vida, relacionando-o com os conceitos de desenvolvimento e sociedade sustentável” (BRASIL, 2001, p.98).

O desenvolvimento sustentável foi definido pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento como sendo aquele que “satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (Dias, G.F. 1992). Neste sentido Gadotti, (1980) também afirma que,

Sustentável é mais do que um qualitativo do desenvolvimento econômico. Vai além da preservação dos recursos naturais e da viabilidade de um desenvolvimento sem agressão ao meio ambiente. Implica um equilíbrio do ser humano consigo mesmo, com o planeta e, mais ainda, com o próprio universo e que só uma visão crítica da educação para o desenvolvimento sustentável poderá nos fazer avançar (GADOTTI, 1980).

Uma estratégia concreta para iniciar esse debate em nossas escolas é fazer uma eco-auditoria para descobrir em pormenores onde estamos sendo realmente insustentáveis. Na prática não é tão difícil identificar onde estamos e onde não estamos integrando no nosso currículo, em sentido amplo, os conceitos no desenvolvimento sustentável, tanto na história quanto nas ciências sociais, nas ciências humanas e no cotidiano das nossas escolas, lembrando que de acordo com o artigo 225 da Constituição Federal (1998) “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial, à sadia qualidade de vida, cabendo ao poder público o dever de preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (CF, 1988).

Esse ambiente de mudança foi favorecido pela reabertura política e por inúmeros fatores externos. Para Carvalho (2004), o movimento ecológico no Brasil é resultado do encontro de dois contextos socioculturais, o “internacional da crítica contra cultural e das formas de luta do ecologismo europeu e norte-americano” e o “nacional, em que a recepção do ideário ecológico acontece no âmbito da cultura política e dos movimentos sociais do País, assim como da América Latina” (CARVALHO, 2004, p. 50).

A sociedade contemporânea tem se mobilizado com o intuito de consolidar um conjunto de práticas sociais direcionadas para a valorização de suas relações com o ambiente. São cada vez mais perceptíveis ações voltadas para a formação de recursos humanos, produção de material didático e paradidáticos com vistas à disseminação da Educação Ambiental - EA.

Nesse contexto, “A EA será apresentada como mediação importante na construção social de uma prática político-pedagógica portadora de nova sensibilidade e postura ética, sintonizada com um projeto de cidadania ampliada pela dimensão ambiental” (CARVALHO, 2004, p. 26-27). Essa autora remete para uma reflexão sobre o significado da palavra Ecologia que,

[...] extrapola os limites da ciência biológica e na área social traduz-se por um conjunto de práticas ligadas à utopia de um mundo melhor, ambientalmente preservado e justo. Agora é um movimento da sociedade. A ecologia “migrou” do vocabulário científico para designar também projeto político e valores sociais, como a utopia da boa sociedade, a convivência harmônica com a natureza, a crítica aos valores da sociedade de consumo e ao industrialismo (CARVALHO, 2004, p. 45).

Tais aspectos têm favorecido o redirecionamento das práticas escolares e de forma especial no processo de gestão, na construção do currículo escolar, nos conteúdos e suas formas de abordagens críticas. Assim, a versão crítico-social dos conteúdos concebe a educação como

uma atividade mediadora no interior da prática social global, a serviço das classes populares. Propõe como conteúdo os bens culturais do saber

universal, cuja análise crítica permite reavaliá-los face às realidades sociais, cumprindo funções formativas e instrumentais, a serviço da transformação das relações de produção e da democratização da sociedade brasileira (DAIBEM; CAVALCANTE, 1996, p. 15).

Visualizamos uma sintonia de aspectos indicados na citação anterior, com as idéias de Freire (1995, 1996, 1997), Delizoicov e Angotti (1997) e Delizoicov, Angotti e Pernambuco (2002). Pois estes defendem uma Pedagogia Libertadora, que valorize a dialogicidade, a experiência de vida, o processo de aprendizagem grupal e de maneira especial a formação de um sujeito capaz de ler seu ambiente, compreender e interpretar as relações, os conflitos e os problemas do seu cotidiano. Em consonância com essa perspectiva, encontra-se Carvalho (2004), pois segundo este,

Ler o meio ambiente é aprender um conjunto de relações sociais e processos naturais, captando as dinâmicas de interação entre as dimensões culturais, sociais e naturais na configuração de dada realidade socioambiental. [...], mas é importante certa educação do olhar, aprender a ‘ler’ e compreender o que se passa a nossa volta. [...] (CARVALHO, 2004, p. 86).

O que se busca é a formação de um sujeito consciente de seu papel na sociedade ou como diz Carvalho (2004), de um “sujeito ecológico” que “que sustenta a utopia dos que crêem nos valores ecológicos, tendo, por isso, valor fundamental para animar a luta por um projeto de sociedade bem como a difusão desse projeto” (CARVALHO, 2004, p.67). Para essa autora trata-se de alguém que agrega uma série de atributos políticos de vanguarda, é integral, harmônico, holista, planetário e possível mediador de conflitos. Assim, a educação na perspectiva ambiental consiste num modo de ver o mundo em que se “evidenciam as inter-relações e a interdependência dos diversos elementos na constituição e manutenção da vida”. E contribui ainda para “evidenciar a necessidade de um trabalho vinculado aos princípios da dignidade do ser humano, da participação, da co-responsabilidade, da solidariedade e da equidade” (BRASIL, 2000, p.19).

O que se busca é a formação de um sujeito capaz de discernir as diferentes perspectivas de conviver e utilizar os recursos naturais, de forma que incorpore uma prática que contribua para a gestão adequada desses recursos, e que tenha condições de compreender e, identificar um

espaço (com seus componentes bióticos e abióticos e suas interações) em que um ser vive e se desenvolve, trocando energia e interagindo com ele, sendo transformado e transformando-o. No caso do ser humano, ao espaço físico e biológico soma-se o “espaço” sociocultural. Interagindo com os elementos do

seu ambiente, a humanidade provoca tipos de modificação que se transformam com o passar da história. E, ao transformar o ambiente, o homem também muda sua própria visão a respeito da natureza e do meio em que vive (BRASIL, 2000, p. 31-32).

Assim, torna-se necessária a implementação de uma prática interdisciplinar, que favoreça o estabelecimento de conexões entre as disciplinas do currículo escolar, a partir de uma abordagem dialógica e contextualizada de temas significativos para o educando. Podemos afirmar com Sauv  (2005) que a educa o ambiental trata de uma

dimensão essencial da educa o fundamental que diz respeito a uma esfera de intera es que está na base do desenvolvimento pessoal e social: a da rela o com o meio em que vivemos, com essa 'casa de vida' compartilhada. A educa o ambiental visa a induzir dinâmicas sociais, de início na comunidade local e, posteriormente, em redes mais amplas de solidariedade, promovendo a abordagem colaborativa e crítica das realidades socioambientais e uma compreensão aut noma e criativa dos problemas que se apresentam e das solu es possíveis para eles. (SAUV , 2005, p. 317).

O que remete para a necessidade de ampliarmos, nos cursos de forma o de professores, a abordagem do tema Meio Ambiente. Na realidade descrita   isso que temos buscado, não apenas mais uma disciplina no currículo, mas uma abordagem interdisciplinar.

3. A FORMA O NECESSÁRIA PARA A EDUCA O AMBIENTAL

As reformula es curriculares implementadas a partir dos anos 90, do século XX, em especial com o advento da LDBEN/96 forçou uma eleva o no nível de forma o de professores para as séries iniciais do Ensino Fundamental. Anteriormente, essa forma o ocorria no Curso Normal (Médio) e agora em Licenciatura (Pedagogia ou Normal Superior). Entretanto, não ocorreu apenas uma transposi o hierárquica de competência formativa da Escola Normal para a Universidade, e sim a exigência de uma sólida prepara o teórico-prática permeada pelos saberes científicos, pedagógicos e experienciais.

No curso dessas reformula es foram inseridas inúmeras disciplinas, com o intuito de formar um profissional capaz de implementar, com eficiência e eficácia, as políticas públicas. Os conteúdos sugeridos pelos PCNs (BRASIL, 2000), para a abordagem nas séries iniciais estão reunidos em três blocos gerais: Os ciclos da natureza, sociedade e meio ambiente e manejo e conserva o ambiental. Esses conteúdos devem ser trabalhados de forma integrada com Geografia, História e Ciências Naturais.

Temas como o ciclo da água; a água e o ser vivo; o solo; a poluição; áreas verdes; desertificação; lixo; fauna e flora; a conservação do meio ambiente; queimadas; desmatamento e reflorestamento; reciclagem de materiais; estudo da água e seu uso doméstico; o meio ambiente e as relações do homem; etc., precisam ser abordados. Os professores devem utilizar aulas expositivas dialogadas, estudos em grupo, atividades práticas, demonstrações individuais e/ou em grupos, visitas e etc.. Para os professores, isso precisa ocorrer, de forma a contextualizar a temática e atender os interesses dos alunos de suas comunidades.

A diversificação de técnicas de ensino como a sua adequação ao conteúdo trabalhado é de fundamental importância para que os objetivos planejados sejam atingidos. Ao realizarem estudos sobre aulas de campo, como uma técnica de ensino para as séries iniciais, Seniciato e Cavassan (2004) constataram que após a aula de “Ecologia em um ambiente terrestre natural, verificou-se um aumento nas frequências de indicações de respostas consideradas mais próximas dos conceitos científicos” (SENICIATO & CAVASSAN, 2004,145).

Gutierrez e Rojas (1999) afirmam que “uma educação para a cidadania planetária deveria nos levar à construção de uma cultura da sustentabilidade”, (GUTIERREZ & ROJAS, 1999, p. 24). Para que isso ocorra,

o professor precisará conhecer mais amplamente os conceitos e os procedimentos da área para poder abordá-los de modo adequado à faixa etária [...], cabe ao professor buscar conhecê-los cada vez melhor para que, a partir desses conceitos, possa integrar os diversos conteúdos e abordar a realidade natural e social de forma mais abrangente e rica, mostrando como seus elementos se interconectam, se complementam e interagem entre si (BRASIL, 2000, p.77).

Por outro lado, os docentes das séries iniciais do Ensino Fundamental devem mobilizar os saberes pedagógicos, conhecimentos específicos e experimentais. O que remete para diferentes necessidades formativas, como

Conhecer a matéria a ensinar. Questionar as concepções prévias dos professores sobre o ensino e a aprendizagem das Ciências. Apropriar-se do corpo de conhecimentos específicos em torno dos problemas de ensino/aprendizagem das Ciências. Saber preparar atividades cuja realização permita aos estudantes construir conhecimentos. Saber orientar o trabalho dos estudantes. Saber avaliar. Adquirir a formação necessária para associar ensino e pesquisa à inovação didática (MENEZES, 2001, p. 151-156).

Segundo ainda os documentos orientadores da educação para a sustentabilidade, como em BRASIL (2001), ao propor que a escola trate questões sociais na perspectiva da cidadania coloca imediatamente a questão da formação dos educadores e de sua condição de cidadãos. Freire (1995, 1996, 1997), defende a formação permanente de professores e que esta deve estar alicerçada numa prática político-pedagógico competente e comprometida com a construção de uma escola que atenda aos anseios da população. Segundo argumenta Freire “o educador é o sujeito de sua prática” e sua formação deve “ser constante, sistematizada e capaz de instrumentalizá-lo para que ele crie e recrie a sua prática pedagógica” e isto “requer a compreensão da própria gênese do conhecimento”. O programa de formação de educadores assim norteada “é condição para o processo de reorientação curricular”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolver este trabalho foi possível constatar a importância da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e a necessidade de torná-lo parte integrante do currículo da E. M. “Dona Lúcia Dias”, sobretudo pelo seu significado tanto científico como social. Em especial nos primeiros anos de formação, uma vez que a educação ambiental envolve práticas pessoais, que levam ao desenvolvimento de uma consciência que implica em responsabilidades no ambiente familiar, escolar e na comunidade no uso e conservação de energia, manejo de lixo, práticas agrícolas, alimentação saudável, etc. Lembremos que esses elementos são não apenas ambientais, mas também englobam a alfabetização emocional, o bem estar, a resolução de conflitos, os programas contra a violência social e pela preservação da vida.

Foi possível perceber ainda, que a própria escola precisa dar o exemplo em seus padrões de uso de energia, reciclagem, projeto de construção sustentável etc. As crianças costumam ser líderes em educação para o desenvolvimento sustentável - EDS, razão pela qual é igualmente essencial ligar seu aprendizado à comunidade, de modo que elas se tornem embaixadores ativistas em suas comunidades na mudança de práticas agrícolas, energéticas ou poluidoras. Percebemos também que esta concepção formativa deve estender-se ao conjunto dos profissionais da escola, para uni-los por meio de um objetivo comum, inspirador e inclusivo.

A preocupação com a sustentabilidade apresenta inúmeras interfaces de contato com a educação escolar. Não há um caminho único, tampouco receitas. Cada escola terá, assim, de encontrar seus caminhos. Portanto, os gestores escolares podem e devem ajudar a mitigar as práticas ambientalmente insustentáveis das escolas, instituindo, por exemplo, com a participação de toda a comunidade escolar, uma auditoria ambiental na escola para que se identifique o fluxo de energia, recursos e resíduos que nela circulam. Assim tornaremos a educação voltada para um mundo sustentável, tendo a consciência que nossa sobrevivência depende disso e precisaremos trabalhar incansavelmente por ela.

Para fazermos desta mudança, um processo de longo prazo e duradouro, a gestão escolar deve ser democrática, compartilhada e transparente gerando um clima de confiança e cooperação em lugar da competição. As escolas embora, ligadas ao bairro e a cidade devem abrir-se ao global e atuar em rede por todo o país. O maior desafio é gerenciar o ritmo e o escopo das mudanças e iniciativas a fim de imbuir as pessoas de um senso de urgência, mas sem esgotá-los totalmente. E por fim, descobrir formas de unir as futuras mudanças aos êxitos e potencialidades do que já foi conquistado. Neste sentido, a educação para o desenvolvimento sustentável, precisa ser implementada com urgência no Projeto Político Pedagógico, para que se alcance uma escola integrada ao mundo no qual está inserida, formando cidadãos mais cooperativos e menos competitivos. É uma luta que vale a pena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: 1998.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais – Meio Ambiente e Saúde, Brasília, DF: 2001.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) Ciências Naturais – Ensino Fundamental. Secretaria de Educação Fundamental MEC/ SEF. Brasília, DF:1997.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Apresentação de Temas Transversais e Ética. Brasília, DF: 2001.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, DF: 1996.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e Saúde. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Fundamental, –2º Ed.. Rio de Janeiro, 2000.

CARVALHO, I.C. de M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo, Cortez, 2004.

DAIBEM, A.M.I.; CAVALCANTE, M.R. Prática docente: uma análise das concepções psicológicas. Ciência contemporânea e ensino - novos aspectos. Bauru, 1996.

DIAS, G.F. Educação ambiental, princípios e práticas. São Paulo. Gaia, 1992.

FREIRE, Paulo. A educação na cidade. São Paulo, Cortez, 1995.

GADOTTI, M. Educação e poder; introdução à pedagogia do conflito. São Paulo. Cortez, 1980.

GUTIÉRREZ, F; Rojas, Cruz Pedro. Ecopedagogia e cidadania planetária. São Paulo; Cortez: Instituto Paulo Freire, 1999.

MENEZES, L.C. Formação continuada de professores de ciências - no âmbito ibero-americano. 2. Ed. Campinas: Autores Associados; São Paulo: SP: NUOES, 2001.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema de Bibliotecas. Padrão PUC Minas de normalização: normas da ABNT para apresentação de trabalhos científicos, teses, dissertações e monografias / Elaboração Helenice Rêgo dos Santos Cunha. Belo Horizonte: PUC Minas, ago. 2008. Disponível em: <http://www.pucminas.br> . Acesso em 30 jun. 2009.

SAUVÈ, L. Educação ambiental: possibilidade e limitações. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, n.2, p_317-322 maio/ago, 2005.

ANEXO - PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

ESCOLA MUNICIPAL “DONA LÚCIA DIAS”

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA
ESCOLA MUNICIPAL “DONA LÚCIA DIAS”**

CLAUDIA MARIA DE ANDRADE BAETA

CLEIDE MARIA ASSUNÇÃO TOLENTINO

ROSÂNIA MARIA FERREIRA SANTOS

NILZA ALVES DA SILVA

ROSE MARY DE SOUSA

Belo Horizonte
2009

CLAUDIA MARIA DE ANDRADE BAETA
CLEIDE MARIA ASSUNÇÃO TOLENTINO
ROSÂNIA MARIA FERREIRA SANTOS
NILZA ALVES DA SILVA
ROSE MARY DE SOUSA

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA
ESCOLA MUNICIPAL “DONA LÚCIA DIAS”**

Trabalho acadêmico apresentado ao
Curso de Especialização em Gestão Escolar, promovido pela
Faculdade de Educação
Universidade Federal de Minas Gerais,
Departamento de Administração Escolar.
Professora Orientadora: Celeste D. de Souza Bitencourt

Belo Horizonte

2009

ESCOLA MUNICIPAL “DONA LÚCIA DIAS”
Rua Geraldo Amaral, nº. 46 Bairro Vale dos Araçás,
Mateus Leme – MG. CEP: 35670-000
Fone: 3535.2050

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Belo Horizonte
Maio de 2009.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	24
2. FINALIDADE DA ESCOLA.....	26
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	27
5. TEMPO E ESPAÇO ESCOLAR.....	31
6. PROCESSO DE DECISÃO	32
7. RELAÇÕES DE TRABALHO	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

1. INTRODUÇÃO

A Escola Municipal “Dona Lúcia Dias” localiza-se na periferia do município de Mateus Leme, região Metropolitana da Grande BH. Situada à Rua Geraldo Amaral, nº. 48, Bairro Vale dos Araçás, telefone 35352050; E-mail: emdluciadias@gmail.com. Está localizada em um bairro residencial, embora existam algumas pequenas indústrias.

Mantêm as modalidades de Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental, funciona em 2 turnos, diurno e vespertino, com 12 turmas em cada turno, atendendo a uma demanda de 659 alunos, 24 professores regentes, cinco especialistas, dez serventes escolares e oito professoras na função de eventual, professora apoio, literatura e auxiliar de secretaria.

Para cumprir o objetivo proposto, observou-se que o processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal “Dona Lúcia Dias”, realizou-se por etapas. Sua elaboração iniciou com uma reunião administrativa e pedagógica onde se discutiu sobre quem participaria da construção desse projeto, o que se pretendia fazer e a importância do mesmo, neste encontro ficou claro como seria o processo de sua elaboração e que todos os segmentos da escola estariam envolvidos: professores, pedagogos, vice-diretores, auxiliares de biblioteca, auxiliares de secretaria, serventes escolares, pais e alunos. O motivo de fazê-lo e sua duração. Foi passado de maneira bem sucinta, pois até o momento não se tinha orientações técnicas consistente, apenas algumas leituras relativamente superficiais.

Ficou claro que o PPP é a ferramenta que norteia o trabalho escolar, que esse é um valioso passo na efetivação das mudanças práticas no cotidiano escolar estabelecendo suas principais características e funções, que o eixo principal é a flexibilidade, por meio da qual proporciona autonomia das escolas. Cabe aos gestores escolares estabelecerem as diretrizes das ações, a partir do planejamento e elaboração coletiva do PPP. A busca de soluções deve visar à descentralização de ações, bem como promoverem as articulações entre o pedagógico, o político, o financeiro e o administrativo. Assim iniciaram-se os trabalhos, muitas vezes trabalhando com a intuição.

Em assembléia geral do colegiado seguimos o mesmo processo da reunião administrativa pedagógica, ou seja, buscamos informar, orientar os pais quanto à

importância do PPP, de uma participação efetiva, em um clima de confiança, transparência e respeito. Pois tanto as soluções dos problemas quanto as decisões a serem tomadas, requerem alguns procedimentos, como o levantamento de dados, informações, identificação dos problemas, possíveis causas e que esse fosse elaborado conforme a realidade da escola e assim foi lavrado em ata.

Iniciamos a análise situacional ou diagnóstica, na qual fizemos uma pesquisa de expectativas em reuniões bimestrais, que os professores realizam com os pais. Depois passamos a uma reflexão crítica da situação da escola, pois como indica Libaneo (2004) “A pesquisa é uma das formas mais eficazes de detectar e resolver problemas”. Todos já haviam sido orientados em assembléia geral sobre a importância dessa elaboração para o futuro da instituição. Foram abordados aspectos para o diagnóstico tais como: Pontos fortes e Pontos fracos da escola. Essa pesquisa era respondida por pais e funcionários em impressos próprios elaborado pela escola.

Nessa fase coletamos os dados e informações sobre o desempenho da escola, seus problemas, as causas para tomar medidas e combatê-los. A análise dos dados foi feita em reuniões com a equipe de liderança e a equipe escolar envolvendo funcionários e pais. Após o processamento dos dados e informações, estes foram analisados e sintetizados, identificando os principais problemas (pontos fracos) analisando as prováveis causas e as principais ações que deveriam ser tomadas para superá-los.

Pelo exposto, percebe-se que durante a elaboração do PPP os funcionários estavam mais preocupados em melhorar a infra-estrutura da escola, ou seja, nos recursos materiais, no aspecto físico da escola. Foi necessária a intervenção da liderança no sentido de conscientizá-los da necessidade de uma atenção maior ao ensino/ aprendizagem e que uma escola de qualidade desenvolve relações interpessoais que conduzem as atitudes e expectativas, que coloca o aluno como foco da aprendizagem, favorecendo um processo de ensino que define e organiza os objetivos. Diante disso percebemos que o ensino não foi o foco principal na elaboração do PPP e que este precisa de uma atenção muito especial. Ao elaborá-lo faltou uma padronização de conceitos, uma análise mais crítica de aspectos importantíssimos como distorção idade-série, aprovados e reprovados, evasão, matrícula inicial e fazer uma comparação desses dados. Faltou também uma

maior sistematização de; o quê, quem e quando, e uma maior descentralização na etapa de preparação do PPP. Diante disso a elaboração ficou mais concentrada na equipe de liderança da escola, apesar da participação de todos na análise do mesmo. Um fator complicado é o comprometimento de todos na sua execução.

Há também avaliações externas na Rede municipal, SIMAVE, PROALFA, SAEB, Provinha Brasil e Prova Brasil, os resultados são analisados, discutidos internamente e levados em consideração para a busca de melhoria da prática pedagógica e obtenção de resultados cada vez melhores. Os resultados das avaliações são discutidos com pais e alunos em Assembléia Colegiada e expostos no Painel de Desempenho no Mural da Escola. A escola utiliza os resultados das avaliações externas e internas, como instrumento de melhoria na educação, realizando intervenção pedagógica após esses resultados.

2. FINALIDADE DA ESCOLA

Na sociedade contemporânea há uma inquietação constante por parte dos indivíduos, em relação ao rumo que a própria vida vem tomando. Nas últimas décadas tem havido uma permanente tensão nos núcleos familiares e sociais, principalmente em detrimento da conjuntura econômica e política mundial. Essa tensão causa uma diminuição das fontes estáveis, que colaboram para a construção de relacionamentos interpessoais, causando assim uma ascensão do individualismo.

Diante dessa complexidade, as crianças ficaram mais dependentes do amparo e da assistência da comunidade e conseqüentemente, da escola e, nesse sentido a escola se vê na necessidade de representar um lugar adicional de segurança, apoio e esperança para essas crianças. Portanto, a Escola Municipal “Dona Lucia Dias”, através de sua equipe pedagógica, administrativa e docente, percebendo e sentindo toda essa transformação e complexidade, afetando diretamente a clientela atendida, define como missão do seu trabalho educativo: a valorização constante do sentido da vida, em seus aspectos biológicos, sociais, emocionais, educativos e políticos. Buscando caminhos que as conduzam para uma vida mais feliz, desenvolvendo o resgate dos valores básicos de convivência, através do desenvolvimento de potencialidades individuais e coletivas,

para uma formação permanente de pessoas dotadas de consciência crítica e reflexiva. Busca ainda a realização de constantes intervenções, com o objetivo de subsidiar e preparar as crianças para a conquista de sucesso e felicidade pessoais e, conseqüentemente, coletivos.

A equipe educativa da Escola Municipal “Dona Lucia Dias” tem ainda como filosofia básica para o trabalho institucional, a necessidade de proporcionar aos alunos, oportunidades que diminuam as desigualdades sociais, pessoais e familiares. Objetiva, principalmente, estabelecer condutas e procedimentos que levem os próprios alunos e profissionais a respeitarem as diferenças mútuas, valorizando o que cada um tem de positivo e favorável no contexto geral.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Escola Municipal “Dona Lucia Dias” mantém as modalidades de Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental funcionando em dois turnos diurno e vespertino, com doze turmas em cada turno, atendendo uma demanda de seiscentos e sessenta e um alunos. Para as vinte e quatro turmas que funcionam na escola, o quadro de professores é formado por trinta e dois professores sendo que doze atuam no turno da manhã e doze no turno da tarde, como regentes, além de uma professora eventual, uma auxiliar de secretaria, uma professora de literatura e uma professora de apoio em cada um dos turnos.

A administração da escola conta com o trabalho de uma diretora com uma jornada de quarenta horas semanais e duas vice-diretoras com jornada de vinte e cinco horas semanais, sendo uma em cada turno.

A coordenação pedagógica é formada por quatro supervisoras pedagógicas, sendo duas em cada turno com o mesmo número de turmas cada uma delas, e uma orientadora educacional no turno vespertino.

O prédio da escola é amplo, construído nos padrões mais recentes de arquitetura da Secretaria de Estado da Educação. Ele é composto por uma área térrea onde funciona a

diretoria, a secretaria, a orientação educacional, a biblioteca, três salas de administração geral, um depósito, os sanitários – dois femininos e dois masculinos, dois sanitários para funcionários, a cantina, a cozinha, a despensa e três salas de aula. O primeiro andar abriga amplos corredores, nove salas de aula e a supervisão pedagógica.

Dispõe de uma ótima estrutura física. Ainda em referência a área física a escola tem um jardim bem cuidado e áreas livres bem utilizadas e adequadas ao movimento dos alunos, professores e demais funcionários. As salas de aula revelam utilização criativa do espaço interno e todas as demais dependências também tem aparência agradável, com móveis e equipamentos bem distribuídos e organizados.

A escola tem uma quadra esportiva bem construída, com arquibancadas em alvenaria, alambrado e iluminação adequada. A área do terreno é toda cercada por muro, tendo duas entradas distintas: uma para movimentação de pedestres e outra para automóveis.

No que se refere á biblioteca, vale ressaltar que ela conta com variados materiais didáticos. Conta ainda com uma grande quantidade de livros para pesquisa dos alunos.

Quanto aos equipamentos e mobiliários é bem equipada. Possui dois computadores para uso da administração, professores e especialistas com acesso a internet, telefone, televisão, vídeo, aparelho de D.V. D, som, retroprojektor, com tela para retroprojeção, máquina copiadora, bebedouros, ventiladores e dois armários em cada sala de aula. Não possui estrutura física adequada para atendimento às necessidades especiais.

Em relação à estrutura organizacional pedagógica, as turmas possuem entre vinte e cinco a trinta e cinco alunos, com enturmação heterogênia no que se refere ao aproveitamento escolar, em média com dois ou três alunos com necessidades especiais que também recebem apoio de um centro de apoio à inclusão, no conta-turno.

O grupo de professores por turma é bastante homogêneo, do ponto de vista da carreira docente, sendo que a maioria possui mais de dez anos de experiência profissional. Das trinta e duas professoras, vinte e nove possuem formação de nível superior, além do curso de magistério.

Em relação às turmas e seus respectivos professores, no final de cada ano letivo, depois de realizadas as renovações de matrículas e as matrículas dos alunos novatos para o ano seguinte, é realizada uma reunião para a escolha das turmas pelos professores, para o ano letivo vindouro. Para isso observamos os critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal da Educação e pela escola, em comum acordo com os docentes, e aprovação pelo colegiado. Os critérios vão da avaliação de desempenho satisfatório, em primeiro lugar e o tempo de efetivo exercício na rede pública municipal até ao desempate por idade dos professores que pleiteiam as turmas.

A coordenação pedagógica atua na modalidade de assessoramento pedagógico aberto, com ações de cooperação do trabalho educativo junto aos professores, alunos, diretora e pais, tendo um bom acesso a todos. As pedagogas realizam atendimentos individuais aos alunos que necessitam de um acompanhamento mais permanente e também atuam junto às professoras e aos alunos nas intervenções pedagógicas. Realizam reuniões pedagógicas com as professoras levantando dados sobre a aprendizagem dos alunos, das turmas e definição de formas de atendimento aos mesmos. Bimestralmente, ocorrem as reuniões de conselho de classe e procuram fazer uma parceria constante com as famílias.

A ação didático-pedagógica desenvolvida pela escola no ensino da língua portuguesa é na perspectiva do letramento. A maioria dos profissionais - professores, pedagogos e direção - possui curso de capacitação do CEALE (Centro de Estudo de Alfabetização e Letramento). Na matemática caminha numa perspectiva da alfabetização matemática contextualizada, buscando desenvolver o raciocínio lógico prioritariamente. Tem também como referência de trabalho os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (1996) e o Currículo Básico Comum - CBC (2004).

4. CURRÍCULO

A construção do conhecimento para o processo ensino-aprendizagem, faz com que o currículo seja um espaço, onde se encontram e desdobram as lutas em torno dos diferentes grupos sociais, desenvolvimento das capacidades humanas, promoção da criatividade, da consciência crítica, do exercício pleno da cidadania do respeito e da convivência coletiva de todos os envolvidos na comunidade escolar. Sabedoras que o

currículo é a identidade da escola, dos profissionais que nela atuam e dos educandos que ali constroem seu conhecimento, a escola Municipal “Dona Lúcia Dias”, tem o seu currículo pautado nos PCNs (1996), construindo a proposta pedagógica da 05 séries iniciais do Ensino Fundamental. No entanto a Educação Infantil tem sua proposta baseada no Referencial Curricular Nacional. Os conteúdos de língua portuguesa foram pautados pelo CEALE (Centro de Estudos de Alfabetização e Letramento), do 1º ao 5º ano. Dentro da língua portuguesa, trabalhamos gêneros textuais e vários tipos de suporte, tendo o ensino religioso integrado aos demais conteúdos.

Em ciências o trabalho se dá em torno dos temas: o corpo, animais, água, ecologia, preservação da natureza, reciclagem, ar, em todos os anos, sendo cada um de acordo com as capacidades.

Já em Matemática na Educação Infantil utilizamos situações reais para aquisição dos conceitos matemáticos, oportunizando ao aluno comparar, analisar, ordenar, classificar e contar tudo que esta em seu entorno. Porém no Ensino Fundamental prioriza-se as noções de medidas, posição dos objetos, identificação da quantidade, seqüência numérica, fatos fundamentais as quatro, operações, escrita de numerais, solução de desafios, números racionais decimais e sistema de medidas.

Em Geografia e História são abordados temas como escola, família, bairro, município, estado, país, além dos temas transversais como sexualidade, desigualdade social, racismo, eleições, noções de democracia e datas históricas interessantes.

O ensino de Artes visa o desenvolvimento de habilidades iniciais para realização de uma leitura artística da realidade onde o aluno está inserido, observando e interpretando o que vê, ouve e participa.

A Literatura visa instrumentalizar o aluno para o desenvolvimento das habilidades como leitor, levando-o a perceber que a leitura pode ser uma fonte de prazer, de informação e conhecimento. Identificando os pontos mais relevantes de um texto expressando seus sentimentos idéias e opções.

Na Educação Física o aluno deverá executar atividades com consciência e reflexão, conhecimento de seu objetivo e sua relação com o contexto social, cultural e político, propiciando o desenvolvimento de valores como solidariedade, cooperação, liberdade, expressão e criatividade. Para essa modalidade ainda não contamos com professor especializado, este conteúdo é ministrado pelo professor regente da classe.

Em se tratando de alunos especiais e também incluídos são elaborados Planos de Desenvolvimento Individual (PDI). Embasados em laudos e relatórios de profissionais especializados, professores e pedagogos em constante observação. A base Nacional Comum, a Parte Diversificada, poderá sofrer alterações, devendo esta estar em consonância com as capacidades e necessidades dos alunos, levando-os a atingirem um determinado nível de aprendizagem, dentro de um ensino de qualidade, proporcionando condições de interação aos alunos incluídos na comunidade escolar. Assim está organizada a grade Curricular da Escola Municipal “Dona Lúcia Dias”.

5. TEMPO E ESPAÇO ESCOLAR

A Escola Municipal “Dona Lúcia Dias” visa trabalhar em um ambiente escolar onde os ideais são comuns a todos que constituem esse espaço. Neste sentido o Projeto Político Pedagógico de uma escola deve ser resultado de um trabalho participativo, por isso busca um convívio harmonioso onde todos, mesmo exercendo funções diferentes sabem da importância da conquista dos objetivos em comum acordo. A escola então procura estar sempre em contato direto para traçar metas e medidas que visem sempre a melhoria da qualidade de Educação da escola. É feito um contato formal através de reuniões quinzenais entre a administração e as pedagogas, uma bimestral com a administração e os funcionários, mensal com a Secretaria Municipal de Educação, semestral com pais, com colegiado e caixa escolar. Já a equipe Pedagógica da Escola se reunirá bimestralmente com professores e pais e também sempre que se fizer necessário. Os Professores se reunirão com pais bimestralmente, pedagogas e com direção mensalmente. Além desses encontros formais a escola estará sempre a disposição para encontros extraordinários, visando assim um melhor desempenho de toda a comunidade escolar.

Para a enturmação dos educandos faz-se uma avaliação diagnóstica. A partir desta, pedagogas e professoras fazem análise do seu desenvolvimento cognitivo de cada educando e de acordo com sua faixa etária, observando as necessidades especiais, tais como adequação ao espaço físico das salas de aula e também o perfil do professor, afim de que flua da melhor forma possível a relação ensino-aprendizagem. Já a distribuição de turmas e turnos se dá de acordo com critérios estabelecidos pela rede municipal seguindo rigorosamente os critérios de classificação em concurso público, aptidão, perfil do profissional e disponibilidade de horário.

A escola ocupa uma área de aproximadamente 4.500 metros, atende 02 turnos em períodos de 04 horas e 15 minutos distribuídos em atividades pedagógicas e merenda e recreio possui salas amplas, bem arejadas, secretaria, diretoria, refeitório, sala de pedagogas, biblioteca, cantina, pátio amplo para atividades de recreação e psicomotoras, e também um quadra de esportes, onde são realizadas atividades físicas e eventos culturais da escola.

6. PROCESSO DE DECISÃO

A construção deste Projeto Político Pedagógico pautou-se num processo democrático de decisões, onde o objetivo maior é o de melhor atender a escola como um todo, o trabalho foi feito de forma coletiva, sem autoritarismo, propiciando um trabalho participativo envolvendo os agentes construtores do processo democrático, envolvendo visões, ações discutidas em grupo e atitudes tomadas coletivamente. Sendo construtores do Projeto, todos se sentem responsáveis e compromissados para que se alcancem os resultados almejados. Assim sendo a Escola Municipal “Dona Lúcia Dias” assegura a participação de todos, gestores, professores, pais, funcionários, alunos e representantes da comunidade local na discussão do trabalho pedagógico de forma mais ampla. Os problemas internos inerentes aos vários órgãos como Colegiado, Caixa Escolares, Conselhos de Classe, serão analisados em encontros periódicos, nos quais serão discutidos aspectos financeiros, administrativo e pedagógico, observando os regimentos internos de cada órgão, criando-se planos de ações para solucionar tais problemas com rapidez e eficiência. Para se trabalhar de modo transparente a escola conta com um colegiado que é composto por funcionários, pais e alunos, conta também com o Caixa

Escolar que também é composto por funcionários e comunidade escolar, tendo este conselho a função de deliberar e fiscalizar recursos provenientes de subvenções, convênios, doações e arrecadações da Unidade executora, além de se prestar conta à comunidade escolar e a prefeitura sobre os aspectos financeiros da instituição. Assim sendo a escola trabalha dentro dos padrões da legalidade, embasada em princípios estabelecidos em leis tais como LBD (1996) que em seu texto reconhece que a escola é um importante espaço educativo e os profissionais da educação possuem competência técnica e política que os habilitam a participar da elaboração do seu próprio Projeto Político Pedagógico. Assim sendo a escola “Dona Lúcia Dias” é um forte agente de escuta, onde as decisões são tomadas de maneira democrática e embasadas nos anseios coletivos e na expectativa de proporcionar ao educando e ao educador, enfim toda comunidade escolar um ambiente agradável, harmonioso democrático e principalmente eficiente, onde nosso objetivo maior é o desenvolvimento pleno do educando.

7. RELAÇÕES DE TRABALHO

Alguns aspectos são importantes para promover um bom relacionamento e funcionamento no ambiente escolar. Por isso a Escola Municipal “Dona Lúcia Dias”, procura sempre o envolvimento de todos os segmentos (família, comunidade, equipe pedagógica e administrativa). Assim planeja as ações de curto, médio e longo prazo, de forma coletiva, atendendo as necessidades do cotidiano institucional.

Realiza trabalho em equipe, visando o melhor para que o trabalho seja realizado com clareza e transparência nas decisões, que haja também emoções e afetividade no ambiente escolar. Atua no sentido de trazer a comunidade para participar mais ativamente da vida escolar. Apóia e pratica ações que facilitem a integração e relação família-escola. Pois para haver um bom relacionamento no trabalho é necessário que cada segmento entenda e tenha plena definição de seu papel no ambiente escolar.

O diretor possui um papel de extrema importância no âmbito escolar. É ele que valoriza o que cada um - profissionais e alunos, têm de bom e trabalha em prol do conjunto e envolve todos em trabalho de equipe.

O professor atua como mediador do processo ensino-aprendizagem, desenvolvendo metodologias para que os alunos tenham acesso ao conhecimento, e adquiram crescimento individual e coletivo. Possibilita a formação de indivíduos críticos, criativos e participativos. O regimento escolar das Escolas Municipais de Mateus Leme explicita os direitos e deveres de professores, funcionários, gestores, especialistas, discentes, pais ou responsáveis e pessoal administrativo bem como Regime disciplinar.

As nomeações, contratações de pessoal para compor o quadro funcional, seguem as orientações determinadas em lei e são feitas através da Secretaria Municipal de Educação, a qual também se responsabiliza pela formação continuada dos profissionais, oferecendo cursos de curta duração para os funcionários.

8. AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem é antes de tudo, um instrumento importantíssimo, para analisar e repensar a política pedagógica da escola, buscando refletir sobre os processos e produtos de aprendizagem. A escola caminha na perspectiva da avaliação como um processo que tem uma dimensão diagnóstica, investigativa, processual. Nesse sentido a Escola “Dona Lúcia Dias”, organiza seu sistema de Avaliação da seguinte maneira: no início e no final de cada semestre letivo, participa de uma avaliação diagnóstica, de leitura, de matemática e produção de texto. Essa avaliação é elaborada pelas pedagogas da rede municipal e aplicada em todas as escolas. Nesse caso serve como parâmetro para orientar o planejamento semestral. Identificar as defasagens e os avanços dos estudantes. A partir desse diagnóstico, cada professora planeja e aplica uma intervenção pedagógica em sua turma. Com relação à avaliação em sala de aula, o professor busca informações sobre cada aluno em especial, e sobre a turma de um modo geral usando vários instrumentos de avaliação como a observação contínua, a prova ou teste, participação dos alunos em atividades individuais e coletivas dentre outros. O período de avaliação transcorre dentro dos bimestres, encerrando com uma avaliação final bimestral formal, com um valor nunca superior a 50% do valor final do bimestre. Ao final de cada bimestre acontece um conselho de classe, reunião com os pais o que oportuniza a ação coletiva da escola a analisar os resultados e re-planejar as ações. Ações essas que envolve os outros segmentos da escola tais como professora de apoio,

pedagogas e professores de literatura, para auxiliar os alunos ou turmas com defasagem de aprendizagem.

Em relação à avaliação institucional realiza pesquisa de expectativa e satisfação quanto ao atendimento na instituição à comunidade, avaliação após as reuniões administrativas e pedagógicas, relacionamento dos funcionários com os alunos, relacionamento família-escola, nível de satisfação quanto ao ensino-aprendizagem, auto-avaliação dos pais, avaliação de desempenho dos funcionários, reflexiva objetivando a melhoria de sua atuação profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição Federativa do Brasil. Brasília, DF: 1988.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. MEC, Brasília, DF: 1996.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 9394/96, de 20 de Dezembro de 1996. Brasília, DF: 1996.

ESCOLA MUNICIPAL “DONA LÚCIA DIAS”. Projeto Político Pedagógico. 2006/2008.

LIBANELO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola. Editora Alternativa. 2003.

REVISTA GESTÃO EM REDE. Setembro, 2008.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Currículo Básico Comum. 2004. Disponível em: <http://crv.educação.mg.gov>. Acesso em 30 mai. 2009.